

## A BRASILIDADE DOS BRASIS: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CULTURA MATERIAL NO BRASIL (1937 -1945).<sup>1</sup>

**Assis Daniel Gomes**

Universidade Estadual do Ceará (UECE/FECLESC)

[asis.gomes@uece.br](mailto:asis.gomes@uece.br)

### **Resumo**

Neste artigo, analisou-se como se erigiram ações de valorização do patrimônio entre 1937 e 1945 no Brasil. Para isso, verificaram-se os discursos construídos pelo IHGB e pelo SPHAN, divulgados por meio de seus respectivos periódicos. Neles se destacaram as matérias sobre os museus existentes em alguns estados brasileiros e a edificação de monumentos em suas praças públicas. Enfim, o que as moviam no Estado Novo era a tentativa de (re)construção da identidade nacional que se utilizavam dos equipamentos culturais - como território privilegiado para a divulgação de uma imagem do Brasil trabalhador. Nesse intuito, a ciência, o seu ensino e a cultura material, pertencentes aos vários brasis, foram manejadas para construir uma brasilidade.

**Palavras-chave:** Ciência. Patrimônio. Identidade. Cultura material.

## THE BRAZILIAN BRAZIL: SCIENCE, PATRIMONIAL EDUCATION AND MATERIAL CULTURE IN BRAZIL (1937-1945)

### **Abstract**

In this article, it was analyzed how actions of valorization of the patrimony were erected between 1937 and 1945 in Brazil. For that, the speeches made by the IHGB and the SPHAN, published through their respective periodicals, were verified. In them they highlighted the matters about the museums existing in some Brazilian states and the construction of monuments in their public squares. Finally, what moved them in the Estado Novo was the attempt to (re)construct the national identity that was used of cultural equipment - as a privileged territory for the dissemination of an image of working Brazil. In this sense, science, its teaching and material culture, belonging to the various Brazilians, were managed to build a Brazilian.

**Keywords:** Science. Patrimony. Identity. Material culture.

## LA BRASILIDAD DE LOS BRASIS: CIENCIA, EDUCACIÓN PATRIMONIAL Y CULTURA MATERIAL EN BRASIL (1937 -1945)

### **Resumen**

En este artículo, se analizó cómo se erigieron acciones de valorización del patrimonio entre 1937 y 1945 en Brasil. Para ello, se verificaron los discursos construidos por el IHGB y el SPHAN, divulgados a través de sus respectivos periódicos. En ellos se destacaron las materias sobre los museos existentes en algunos estados brasileños y la edificación de monumentos en sus plazas públicas. En fin, lo que las movían en el Estado Novo era el intento de (re) construcción de la identidad nacional que se utilizaban de los equipamientos culturales - como territorio privilegiado para la divulgación de una imagen del Brasil trabajador. En ese sentido, la ciencia, su

---

<sup>1</sup> Este artigo está ligado ao projeto de extensão artístico-cultural promovido na Universidade Estadual do Ceará (UECE- FECLESC) - vinculado e provido pela PROEX-UECE - “Alegoria do Patrimônio”: natureza, técnica e imagens cruzadas do sertão-central cearense”(NATIMA)

enseñanza y la cultura material, pertenecientes a los diversos brasiles, fueron manejadas para construir una brasilidad.

**Palabras clave:** Ciencia. Patrimônio. Identidad. Cultura material.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tenciona-se verificar a presença de certa relação entre a cultura material e o desejo de se fazer conhecido o patrimônio por meio de ações educativas – pensando, assim, uma educação patrimonial a partir da construção de monumentos e museus. Esse termo não existia na época aqui tratada, mas se pensa tais atitudes dentro de um desejo de ensinar as gerações posteriores os valores impregnados nesses monumentos, sua ligação à identidade nacional e local. Para isso, rastreou-se os discursos construídos pela revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) depois Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre 1937 e 1945. Quais dispositivos foram manejados para legitimar essa prática no Brasil? Como os museus eram vistos? Quais as relações entre esses monumentos e a identidade nacional? Segundo Pinheiro (2015), desde sua fundação o SPHAN colocou como importante a educação patrimonial, contudo a forma de tratar essas ações de prevenção - por meio do ensino que poderia fomentar uma valorização e um sentimento de pertença ao patrimônio cultural – fora singular. Desde o anteprojeto feito por Mário de Andrade nos anos 1930, que tinha a finalidade de criar o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), o estilo pedagógico foi incorporado nos museus e nas imagens educativas como forma de atingir um público mais amplo nas cidades e nos estados brasileiros.

O termo educação patrimonial chegou ao Brasil nos anos 1980 a partir da assimilação das experiências realizadas na Inglaterra, particularmente em seus museus e mediante os seus monumentos históricos - tal ação se nomeou de *Heritage Educacion*. Dessa forma, o ensino se pensou ligado ao cotidiano dos alunos, sendo assim o patrimônio um recurso didático para sua introjeção e efetivação. Contudo, verificou-se também o contrário; a não identificação da população com aquilo colocado como patrimônio. Tendo tal referência, deve-se olhá-lo a partir das suas relações de classe e simbólicas, por exemplo, nos embates políticos gerados e vivenciados pela sociedade a que pertence. Pretende-se, assim, analisar a revista do SPHAN e a do IHGB, mapear as várias imagens discursivas colocadas em suas páginas que traduzem o modo de como aquela elite pensava o patrimônio; a sua eleição de determinados caminhos que demandam a legitimação e valorização de certos grupos em detrimento a outros. Como as relações de poder teceram os alicerces da política de preservação entre 1937 e 1945? Como a educação patrimonial era defendida em suas páginas?

Dessa forma, ponderar sobre a educação patrimonial é olhá-la como multidisciplinar e interdisciplinar, é verificar que o seu campo se faz pela confluência dos saberes a fim de tecer uma rede de retalhos. Não se considera aqui ela uma metodologia, mas um campo de pesquisa que detém várias metodologias movidas, por sua vez, pela problemática posta pelo pesquisador e por seu contato com as outras ciências.

### **UM LUGAR PARA A DEFESA**

A construção da revista do SPHAN se fez para dar respostas às críticas feitas por um autor inglês que ironizou no início dos anos 1930 a forma como os brasileiros tratavam o seu patrimônio. Os editores da revista em questão não deixaram claro quem seria esse intelectual, mas afirmaram que aquele espaço serviria para sistematizar e divulgar os estudos e as ações em prol do patrimônio do Brasil, dando-lhe, assim, visibilidade. Nessa tentativa de criar esse veículo cultural em prol da valorização do patrimônio nacional, o mesmo serviu para fomentar elementos para o enaltecimento da identidade nacional, colocando esses bens não como propriedade local ou estadual, mas de todo o Brasil.

Esse caráter de universalidade possibilitou a construção de elos de autoajuda entre as regiões para manter aquilo que consideravam importante. Essa veio de muitas coleções de famílias cujo movimento preservacionista se vinculava aos brasões familiares. A revista nos possibilitou ver o processo de ampliação dessa ideia de patrimônio e como a educação era usada como forma de mostrar o valor da criação e das ações do SPHAN para o Brasil - necessárias, por exemplo, no processo de construção da identidade brasileira. Para Rodrigo M.F de Andrade<sup>2</sup>,

A criação da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visa contribuir para esse efeito. Sem pretensões a estampar trabalhos definitivos ou completos, uma vez que, a certos respeito, os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quase primeira, esta publicação procurará corresponder ao fim que se destina. (1937, p.02).

---

<sup>2</sup> Possuía formação em Direito, foi diretor da Revista do Brasil em 1926 e compôs a equipe do Ministério da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, bem como tinha ligação com os intelectuais da Semana de 1922. Foi o dirigente do SPHAN entre 1937 e 1967.

Para isso, mapeou-se as suas matérias que tratavam sobre os museus, buscando pensá-las como uma ação educacional do patrimônio, mas se sabe que não se pensava naquela época o que se conceitua hoje por educação patrimonial. Portanto, as ações educacionais eram feitas de forma livre, como elemento de visibilidade daqueles lugares de construção da chamada “formação espiritual”, esses espaços de cultura humanística vão iniciar também projetos que possam dar a ver a sua missão científica no Brasil.

Enquanto espaços de representação da história, são monumentos-documentos (LE GOFF, 1990), que necessitam ser problematizados. Essa monumentalidade não está apenas em seus elementos materiais, mas também em seus discursos, pois estes forjam símbolos, valores e imagens permeadas pelo desejo de perpetuação e de engrandecimento local. Esses elementos foram utilizados para a construção de sua identidade, mas era necessário entrar em um caldeirão maior para diminuir o particularismo existente no Brasil, ou seja, os vários brasis precisavam ser integrados numa brasilidade – essa tinha um teor antropofágico, elemento, por sua vez, carregado pelas concepções da Semana de Arte Moderna que ocorreu em São Paulo (1922).

Nessa busca por marcas do passado, os museus eram lugares próprios para o seu uso e abuso, por exemplo nas festas sobre o centenário de uma data ou personagem. Nesse olhar para o passado e para os elementos da história tradicional, tal iniciativa se movia pelos elementos de uma temporalidade pautada pelos grandes feitos e heróis, pela busca das genealogias familiares a fim de demonstrar a sua imponência. O poder, assim, daquele espaço que dominavam e dos que estavam ocupando a sua direção foram eleitos como a imagem do Brasil.

Para Oliveira (2008), a especificidade do projeto de identidade nacional construído no Estado Novo (1937-1945) no Brasil, fora tecido por um labor teórico de seus intelectuais - ligados ao regime varguista - que buscaram erigir símbolos que produzissem, representassem e promovessem a integração do país. A missão desses intelectuais se constatou nos projetos e nas ações empreendidas no setor da “Educação, Educação Física, das Festas e comemorações, da defesa do patrimônio histórico; assim como na criação do Museu Imperial, em Petrópolis, e do Parque Nacional do Itatiaia” (OLIVEIRA, 2008, p.14).

Nesse período, o território brasileiro – geograficamente pensado – tornou-se elemento basilar nessa construção identitária. A meta do governo de Getúlio Vargas era “ocupar os espaços vazios” para poder unir os brasis do interior aos do litoral,

transformando-os em uma brasilidade. Segundo Oliveira, “sabemos que o Estado Novo teve como projeto mudar a imagem do Brasil e do homem brasileiro. Queria criar o homem novo – o trabalhador. A ocupação do interior e a recriação de tipos nacionais fizeram parte de um mesmo processo, voltado para criar uma narrativa sobre o trabalhador brasileiro” (2008, p.16). Nesse processo também se inventou um certo patrimônio urbano nacional.

Consoante Choay (1999), o processo de invenção do patrimônio urbano se pode pensar a partir do projeto de conservação feita para a cidade de Paris por Haussmann. O caráter histórico desse patrimônio se ligava a uma postura distinta de pensar a cidade como espaço de intervenção, o sentimento da perda movia a conservação dos espaços que pudessem representar o passado e afirmar a modernização no final do século XIX e início do XX. Para ele, “a noção de patrimônio urbano histórico constitui-se na contracorrente do processo de urbanização dominante. Ela é o culminar de uma dialética da história e da historicidade que se joga entre três figuras da cidade antiga” (1999, p.158), a saber, a figura memorial, histórica e historial.

A primeira figura representa-a como um monumento histórico, intencional, mas no presente era um espaço memorial. A segunda olhava em sua dimensão e positividade, permeada pela construção de paisagens urbanas, por exemplo, as praças públicas. Essa estética morfológica do urbano atrelava a si o valor patrimonial – esse olhar era propedêutico e movido por um racionalismo histórico, por exemplo os arquitetos do movimento moderno negavam “a utilidade da história das formas e acreditam em começos absolutos” (CHOAY, 1999, p.165). Ela também era uma figura museológica e cidade da arte. Para o referido autor, “enquanto figura museológica, a cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, tal como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. A tornar-se histórica, ela perde a sua historicidade”. (CHOAY, 1999,p.166).

Essa postura vai ser questionada após a Segunda Guerra Mundial. A partir disso, edificaram a figura historical, como síntese e superação das anteriores. Essa pautada pelo espaço da fábrica e do doméstico, onde a comunicação se tornará um elemento fundamental de diálogo para os habitantes urbanos. Tal sociedade multipolar, para Choay, nem informatizada, nem midiática, não funcionava com uma escala, mas por meio de unidades na vida cotidiana. Nas matérias das revistas analisadas, neste artigo, tinham-se elementos das cidades museológicas, como também os de fronteira e

transição para se discorrer sobre o patrimônio e o museu. Ligando, para isso, o tradicional e o moderno, a construção de uma linha de intervenção, de preservação e educação para a valorização dos elementos memoriais.

Dessa forma, consideram-se os museus e os monumentos edificações de paisagens bricoladas por múltiplas temporalidades e resquícios de conflitos sociais e econômicos de determinado momento histórico. Essa compreensão é fundamental para se entender o seu sentido, suas rupturas e suas continuidades com o presente - passado. Para ele,

O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, a sua envolvente, resulta dessa dialética entre a “arquitetura maior” e o que a rodeia. É por isso que isolar ou “libertar” um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo. As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial (CHOAY, 1999, p.172).

Os museus apresentariam características específicas que os davam esse *status*, por exemplo, tinham um caráter disciplinador da população e um conhecimento enciclopédico, universal. Essas instituições criadas no final do século XIX foram dedicadas a história natural; no Brasil se destacaram o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Goeldi. Para Santos (2004), os museus na República Velha valorizaram muito mais a pesquisa que a construção de ações atrativas para o grande público - uma promoção educativa a partir das suas coleções seria um modelo disso. Ao longo do século XX a funcionalidade e as finalidades desses centros se transformaram, as ações de Gustavo Barroso com a criação do curso de Museus (1932-1970) construiu um grupo de profissionais especializados no Brasil de acordo com a suas concepções sobre as finalidades e as metas para tais instituições – fundamentada, dentre outros fatores, por uma “ideologia patriótica, hierárquica, romântica, anticospopolita e conservadora” (SANTOS, 2004, p.56). Essa percepção destoa daquela invocada pelos modernistas que criaram o SPHAN, o rigor da pesquisa passou a ser valorizado, construiu-se coleções que representassem a diversidade histórica e cultural do Brasil, bem como “os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação” (SANTOS, 2004, p.57).

Por exemplo, a matéria sobre o Museu de Olinda publicada na Revista do SPHAN em 1937, enfatizava a festa do 4º centenário da chegada de Duarte Coelho a Pernambuco. O autor da referida matéria, José Maria de Albuquerque Melo, possuía um

cargo público – diretor da Biblioteca Pública do Estado – e usou o seu lugar de poder para fomentar a sua criação e tornar-se o seu primeiro dirigente. Dessa forma, a fundação dessas instituições, se acoplam aos ritos memoriais, as recordações e as comemorações. Essas cerimônias moveram um processo de lembrança e fabricação de uma memória coletiva e individual. Para Catroga (2005), essa ritualidade comemorativa constrói relações de sociabilidade por meio de seus elos afetivos. Nesse processo a construção dos monumentos e dos museus no território brasileiro fora permeada pelos traços do passado, mas também pela perspectiva gnosiológica. Consoante Catroga, essa postura é usada pela leitura patrimonial e museológica. A memória, pensada aqui, é um elemento fundamental para a edificação da identidade. Pois, segundo Pollak, ela também é um “[...] sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.” (1992,p.05).

Para Meneses (1993), identidade e poder não se separam; bem como o Museu é o seu território, um recurso utilizado para a sua construção. Tal função está ligada a sua característica sensorial, onde o manejo das várias identidades é permitido e possível em seus espaços. Nele se encontram elementos catalisadores e difusores de sentidos, por exemplo, as coleções de porcelanas, as mobílias e os objetos sacros.

Considerando tais ponderações, os dois equipamentos culturais administrados por Melo possibilitaram-lhe um determinado *status* – enquanto *locus* da identidade e de poder - a sua imagem de si e a construção dos marcos de sua memória individual na coletividade; bem como elementos para o embate interno entre Olinda e Recife. As fraturas entre esses dois espaços e as suas peculiaridades locais carregaram a sua construção, como também as suas paisagens urbanas enquanto símbolos de sua grandeza, por exemplo os prédios e os monumentos representavam o seu papel na história do Brasil. Essa defesa de um espaço em detrimento a outro, significava compreender o museu como um símbolo e um lugar de poder para aquela sociedade. Entende-se, então, segundo Pomian, que. O museu é um depósito de tudo aquilo que de perto ou de longe está ligado à história nacional, os objetos que aí se encontram devem ser acessíveis a todos; e pela mesma razão, devem ser preservados. Saídos do invisível, é para lá que devem voltar. Mas o invisível ao qual estão destinados não é o mesmo de onde são originários. Situa-se algures no tempo. Opõe-se ao passado, ao escondido e ao longínquo que não pode ser representado por objeto algum. Este invisível que não se deixa atingir senão na e através da linguagem é o futuro. Ao colocar objetos nos museus expõem-se ao olhar não só do presente, mas, também das gerações futuras, como dantes

se expunham outros aos dos deuses. (1984, p.84). A busca do espírito olindense vai caçar no passado os traços para legitimação dos tempos de ouro e a sua vivência no presente-futuro. Esse discurso da perda, oculto no discurso da exaltação de um espaço, revela um conflito social e a necessidade de sua elite de tencionar preservar essa imagem que não mais se sustentava, devido às transformações culturais e econômicas vivenciadas nos anos 1930: “[...] naquela ocasião, as circunstâncias eram-lhe propícias para realizar uma obra que se harmonizasse com o tradicional espírito olindense. O primeiro objetivo visava nesse sentido foi a escolha e a obtenção da casa para obrigar o museu e que deveria ser um monumento representativo da arquitetura característica da cidade” (MELO, 1937, p.163 apud REVISTA DO SPHAN, 1937).

A construção desse museu era exaltada como uma instituição que desde a sua fundação lutava contra o moderno que entrava na sociedade pernambucana, o seu fundador procurou um prédio que representasse a Olinda dos anos de Ouro, com isso a suntuosidade predial, representante do estilo europeu, com “feição setecentista” e com os símbolos de poder fora a demarcação espacial de uma temporalidade outra dentro de um corredor que era símbolo da resistência de seu patrimônio arquitetônico, ou seja, o prédio escolhido “[...] no trecho de Olinda que tem resistido melhor às alterações progressistas. É um museu retrospectivo, reunindo móveis, imagens, painéis e objetos de toda a natureza em que se manifesta a arte regional” (REVISTA DO SPHAN 1937, p.163). Esse lugar de memória era igualmente um *locus* da história, de conflitos e de resistências, espaço de lutas, de poder e de uma presentificação da ausência, da lembrança e da ciência, de um tempo fluido e contínuo. Consoante Pesavento (2008, p.03), esses espaços quando são construídos na cidade qualificam-na e tecem uma “[...] comunidade simbólica de sentidos [...]”, a saber, “[...] mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social”

O segundo museu, destacado nas matérias da revista do SPHAN, foi o Mariano

Procópio, vinculou a sua fundação à comemoração do centenário de Mariano Procópio<sup>3</sup> em 23 de junho de 1921, teve como organizador Alfredo Ferreira Lage. Nesse caso o museu passou a ser um lugar sagrado do corpo daquele que deu o seu nome e cuja chácara, em que se instalou esse equipamento cultural, pertencia-o. O liame, dessa forma,

---

<sup>3</sup> Engenheiro e político, morreu em 1872. Em 1861 começa a construção da Villa Ferreira Lage; transformada em Museu no ano de 1915 por seu filho, Alfredo Ferreira Lage.

fazia-se na construção de um espaço religioso cívico, o culto à pátria e aos que a

servirá transformou esse lugar de memória em um de celebração e culto por meio da cerimônia do enterro dos restos mortais de Mariano Procópio e Maria Amália. Dessa forma, no dia 31 de maio de 1933 “[...] realizou-se na praça fronteira a ele a inumação dos restos mortais de Mariano Procópio e de sua esposa, d. Maria Amália Ferreira Lage, que do cemitério de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, foram para lá trasladados. O mausoléu que os encerra é obra do escultor Correia Lima” (REVISTA DO SPHAN, 1937, p.165).

Nesses museus se tinham várias coleções organizadas de múltiplas maneiras a partir da mensuração temporal, do material de fabricação, da importância histórica de produção ou de quem fez a sua doação, dentre outras; a existência de várias seções nesses estabelecimentos, demonstravam a sua riqueza nos bens patrimoniais da cultura material, elegendo-os como o principal elemento de dar visibilidade aos bens culturais locais. Como arte marcavam os espaços com os estilos artísticos que remetiam um passado e uma relação de poder não mais existente; como recurso direto de contato com as marcas do passado, eram utilizadas enquanto elemento pedagógico para os estudos nas escolas e a prática das aulas de campo. Nos museus se podiam caminhar pela história natural, mas aos poucos se principiou a adicionar a história humana, a história das ciências no Brasil e no Mundo, dentre outras temáticas. Por exemplo, destacaram-se as seguintes seções do Museu Mariano Procópio: História e antiguidade, Belas Artes, Autógrafos, Gravuras e Medalhas, Cerâmica, e Ciências Naturais.

Na seção de História dos Museus, destacados pela referida revista, as suas coleções continham ou procuravam ter uma relação com a monarquia portuguesa. Bem como uma perspectiva da construção da identidade nacional ligada à tradição europeia, ufanista, cujo destaque se dava aos elementos morais e patrióticos de determinados grupos, tal posição sociocultural iniciada com a construção do IHGB, também se transmitia e marcava a Revista do SPHAN – apesar dos intelectuais, que a construirá pensassem a identidade nacional como provinda de um diversidade cultural. Por exemplo, a seção histórica desse espaço apresentava “[...] documentos que recordam d. João VI, d. Pedro I, d. Pedro II, Princesa Isabel e várias personagens importantes do Império” (REVISTA DO SPHAN, 1937, p.166). Além dessa busca de conectar o Brasil ao sangue português presente na construção de uma identidade brasileira desde finais do século XIX, destacaram-se também os elementos de uma cultura material trazidas por essas famílias para o Brasil, como a “[...] mobília do palácio de S. Cristovam, louças,

serviços de mesa de d. João VI e d. Pedro II, leques, móveis que pertenceram a Marquesa de Abrantes, ao Barão de Cotegipe, ao Visconde de Barbacena” (REVISTA DO SPHAN, 1937,p.166).

Os museus realizaram outras ações além da organização em seus espaços de exposições provenientes de suas coleções, por exemplo, a tentativa de adquiri-las e a promoção de cursos de humanidades. O Museu Coronel David Carneiro em Curitiba, estado do Paraná, tem como característica de sua fundação esse processo de acrescentar ao seu acervo coleções dispersas e diversas que se formaram por meio de doações familiares ou de compras feitas pela instituição. Nele se averiguou desde a história natural até os elementos da história da humanidade, bem como enfatizaram a figura do fundador ou administrador como o responsável direto pela sua manutenção - haja vista as poucas verbas do Estado.

Além disso, o museu Coronel David Carneiro, obra dum homem só, que gasta nele tudo quanto ganha, tem organizado anualmente os seus *programas culturais* e os tem realizado. Assim, em 1934 e nos anos seguintes, fez um *curso de história geral da Humanidade em 52 palestras* . Este ano realizou *dois cursos de filosofia e comemorou os centenários dos Grandes tipos, cursos gratuitos, postos ao alcance de todos os cidadãos* . (REVISTA DO SPHAN, 1937, p.170, grifos nosso).

Tal embate se empreendeu a fim de defender a privatização desses equipamentos culturais devido ao descaso dos poderes públicos. Nesse sentido, tem-se a defesa de Carlos Estevão Pinto contra o abandono vivenciado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Pará. Criado no ano de 1866 para ser um Museu Arqueológico e Etnográfico, e com o intuito de realizá-lo fundaram a Sociedade Filomática. Essa instituição se transformou no museu paraense com a sua incorporação às instituições públicas em 1869. Apesar disso, esse estabelecimento estava passando por dificuldades financeiras, em sua estrutura e organização. Isso leva o autor a fazer uma escrita política de defesa para os representantes do governo estadual e federal. A importância era defendida não considerando a sua tarefa de resguardar e conservar os objetos de um dado passado e da memória coletiva de um grupo, mas enquanto um espaço de estudo e ensino: um *locus* da ciência. Essa denúncia se fez a partir da constituição de sua história e das marcas deixadas pelas dificuldades provindas das dificuldades em sua manutenção, bem como o seu uso como moeda de troca para o jogo político municipal e estadual. Para Pinto (1938, p.09), infelizmente, em 1874,

[...] o Museu, que já por tantas vicissitudes tinha passado, encontrava-se num tal estado de decadência que o Presidente do Pará, Dr. Pedro Vicente Azevedo dirigindo-se à Assembleia e referindo-se a ele dizia que “seu presente era tão pouco lisonjeiro quão pouco esperançoso era o seu futuro”. Chegando mesmo a declarar que aquele estabelecimento “bem pouco merecia o nome de Museu”. Essas apreciações são plenamente confirmadas pelo Dr. Correa de Freitas quando nas informações dadas àquele presidente.

Como mencionado acima, as complicações que passaram esse museu, para o referido autor, foi o seu uso partidário, o seu fatiamento como uma moeda de troca política dentro do Estado, ficando, assim, o “[...] seu pessoal sujeito à teoria de confiança, ou ao interesse dos partidos” (PINTO, 1938, p.09). Tal situação o privou de seu caráter científico e de equipamento de divulgação dos estudos ali realizados e arquivados. Para o referido intelectual, enquanto se olhasse o museu pelo viés político perceria, pois ficaria atrelado as políticas partidárias e a uma equipe de funcionários sem nenhum tipo de especialização nas áreas necessárias para o desenvolvimento de seus espaços culturais. Para ele, o museu era o lugar da produção e da divulgação científica. Para legitimar tal perspectiva lembrar os anos que o museu de Belém vivenciou esse momento; o crescimento e a visibilidade que teve no Estado e fora dele. Conforme ele,

[...] a ciência não tem, como a política, a propriedade de viver, expandir-se, e só vive e se desenvolve à sombra da mais completa liberdade, ao ar livre, e definha nas estufas da submissão por mais douradas que sejam, e assim como o interesse científico é incompatível com o individual, o do Museu, que é um instituto científico, nunca poderá ser bem atendido e consultado pelos que procuram satisfazer, antes de tudo, as conveniências das suas individualidades. Restituir ao Museu o seu antigo caráter de instituto particular; protegê-lo forte e eficazmente por meio de dotações anuais suficientes; conservar a organização que lhe deu o ilustrado presidente Dr. Portela em 1871, ampliando mesmo as faculdades e garantias estabelecidas nesta organização, e sujeitando somente as despesas do estabelecimento a uma rigorosa fiscalização por parte do Governo; ou, por ordem do tesouro provincial, quanto às somas votadas e a aplicação regular quer fazer renascer e prosperar o Museu Paraense, hoje quase extinto e esquecido. (PINTO, 1938, p.10).

Essa defesa de sua privatização era contrária a corrente ideológica assumida pelo governo federal – a nacionalização - mas ao mesmo tempo se verificou o uso desses meios em uma educação patrimonial pelas escolas, pelos municípios e estados – por exemplo, nos momentos de suas comemorações e festividades sobre a pátria – mas, era visto apenas naquelas ocasiões e esquecidos logo após. A sua permanência era garantida por um grupo de funcionários que tinham a função de limpar e vigiar as coleções e os documentos históricos. A sua privatização não resolveria o problema, mas geraria um

afastamento da população pobre da cidade que não teria contato com esse patrimônio público, nem poderia usá-lo e abusá-lo, pois estaria restrito a poucos - como era no passado. O autor tentou defender essa volta a exclusividade de um grupo no seu acesso e ao que lhe poderia proporcionar – era uma tentativa que se movia pelo desejo da sua retomada como um elemento simbólico da diferenciação de uma elite urbana e letrada. Caberia, todavia, o governo tentar repensar esses estabelecimentos e reconduzir-los a um público maior – a defesa do direito ao museu para os brasileiros era e é de longa duração, pois o fomento financeiro e a melhoria em sua estrutura seria o primeiro passo na construção no Brasil de uma *culturamuseal*.

Considera-se o movimento desse intelectual em sua argumentação como um lugar propício para fazer e divulgar a ciência. Dessa forma, congregava em seu espaço elementos para a educação patrimonial por meio da cultura material contidas em seus arquivos, pelas coleções e seções, pelo estudo da ciência através de seus acervos. Fazendo, assim, dele não um lugar do passado, nem do presente, mas da fronteira entre os dois, num elo que dá sentido a existência humana.

Para Candau (2010), a patrimonialização e o movimento de dar valor a um patrimônio são narrativas de si, inscreve os objetos em uma tradição, cuja crença nesse algo compartilhado é autêntica e dá vitalidade a narrativa coletiva. Estevão colocou a referida instituição em uma tradição, ligou-a com elementos de compartilhamento que a colocou num determinado lugar concernente as várias narrativas de si e do nós em Belém do Pará. Nesse sentido, Estevão marcou como um fato importante para a história dessa instituição a administração de Goeldi no final do século XIX, suas contribuições e sua volta à Europa em 1907 – período elencado de decadência da instituição e perda de sua força científica. Esse intelectual fez esse destaque, pois o Goeldi conseguiu trazer um grupo de cientista para pesquisar e trabalhar naquele espaço, transformando-o em uma instituição de reconhecimento nacional e internacional.

Forçoso é confessar, que por aquela época o Museu não mais apresentava a eficiência que o fez transpor as fronteiras do País. Dos cientistas trazidos pelo Dr. Emilio Goeldi e que lhe proporcionaram tanto brilho, restavam somente a Dra. Emilia Snethlage e o Dr. Adolpho Ducke. Pelo lado econômico a situação do museu era a pior possível. Abandonado pelos poderes públicos e sem o calor dos cientistas que lhe deram nome o Museu foi, pouco a pouco, entrando em letargia, até que, finalmente, adormeceu de todo. (PINTO, 1938, p.17).

Para ele, a construção de um novo prédio nos anos 1930 não era suficiente para levantá-lo, nem fomentar a pesquisa científica em seu espaço. Para conseguir tal objetivo

era necessário o apoio e o interesse de quem estava no governo do Estado, à época, José Malcher. Na revista do SPHAN, verificou-se a presença dos outros brasis, da diversidade nacional e o seu uso para construir uma nova imagem nacional. A sua apresentação se pautava por termos que remetiam uma posição de inferioridade em relação ao outro. Por exemplo, quando tratavam os elementos culturais das tribos indígenas, colocaram-nas como artísticas – esse elemento garantiu, em tal discurso, a ruptura – mas a ênfase de que eram sociedades primitivas e a afirmação dessa imagem, ao longo de tal narrativa, usaram-se para fazer referência aos elementos da singularidade brasileira. Esse fator considerado exótico e antes apagado da história brasileira estava sendo colocado como genuíno e imprescindível para a formação nacional. Nesse intuito, por exemplo, Estevão Pinto destacou a cultura material dos Pancarús de Tacaratú – “índios do sertão de Pernambuco” (1938, p.57), como a mobília de sua habitação, seus bornais, suas cestas, seus objetos feitos na olaria, seus saiotes, suas maracas, suas túnicas e suas máscaras.

Juntamente com esses discursos feitos entre 1937 e 1945 na Revista do SPHAN, verificou-se como se apresentou tais elementos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Isso se fizera para detectar a continuidade de uma linha e de uma certa tradição que pensava a história e a identidade nacional desde o século XIX e o seu avesso - fundado no século XX e tendo como base as ideias defendidas pela Semana de 1922.

Quando criado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha a finalidade de “[...] coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geografia do império do Brazil; e assim também promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa” (REVISTA DO IHGB, 1908, p.18). Segundo Guimarães, a leitura feita pelos acadêmicos do IHGB sobre a história nacional tinha uma dupla finalidade; buscavam encontrar a gênese do Brasil – mas esse olhar se pautava pela valorização de dois elementos pertencentes ao pensamento iluminista: a ideia de Civilização e Progresso; bem como pretenderam inseri-lo nesse trem e em sua imagem. Portanto, para o referido autor, “[...] a Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia” (GUIMARÃES, 1988, p.08). Tal revista foi o veículo privilegiado para a produção e a propagação dessa história do Brasil e para defender certa imagem nacional. No artigo 3º da ata de sua fundação os seus acadêmicos minudenciam, desta forma, a suacriação:

Publicará de três em três meses um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o título seguinte – Revista trimestral de história e geografia, ou jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Nesta revista só publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes à história e geografia do Brasil; e assim também as notícias ou extractos de história e geografia das obras públicas pelas outras sociedades ou pessoas litteratos, estrangeiros ou nacionais, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse efeito nomeada (REVISTA DO IHGB, 1908, p.18).

Na Revista do IHGB os discursos sobre a construção de uma cultura material, buscava monumentalizar, como uma forma de permanecer para e no eterno, os grandes homens e os feitos representantes de certa história nacional. A constituição de monumentos era uma forma rápida e fácil de ensinar uma dada história tanto para os alfabetizados, como para os analfabetos. Nessa ideia de eternizar o passado para o presente e o futuro, os seus acadêmicos construíram as dimensões da territorialidade por meio de suas redes de sociabilidade. Essas se referem ao *locus* da vida, cuja perda não se restringia aos aspectos físicos, mas também sociais, políticos, culturais e simbólicos. Por exemplo, nas comemorações sobre a pátria se edificaram tal territorialidade, a inauguração dos monumentos que as moviam, dava-às elos e sentidos, servem para ligá-los a um sentimento não particular, mas coletivo. Serviu-lhes para constituir um panteão dos santos cívicos a fim de erigir a unidade de certo “povo brasileiro”. Em 1943 se fez uma homenagem ao Barão de Rio Branco<sup>4</sup> pelo Ministro Augusto Tavares de Lyra<sup>5</sup> que foi desta forma divulgada: “A homenagem de nosso governo à memória do grande chanceler é uma justa consagração àquele que legou toda a sua existência preciosa ao serviço das causas nobres da sua pátria e da América” (LYRA, 1943, p.229).

As palavras de efeitos, usadas nesse discurso, construíram uma imagem sobre o Barão, bem como tornar homogêneos os fatores de sua ação, de seu pensamento e de sua atuação, quando vivo, para colocá-lo como um herói pátrio. Essa monumentalização de um homem se dava paralela a do território, era esse ritual que dava sentido aos dois; a este mediante a reconfiguração de novas redes de sociabilidade, àquele por meio de ações de comemorações a fim de reavivar o seu sentido para as outras gerações. Essa invenção se averiguou pelo discurso de Lira sobre o Barão e o significado daquela ação

---

<sup>4</sup> Morreu em 1912; advogado, diplomata, geógrafo, historiador brasileiro e ligado ao partido conservador. Presidente do IHGB (1907 – 1912); ocupou também a cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras.

<sup>5</sup> Antigo membro do tribunal de contas da União; fora companheiro de ministério do Barão do Rio Branco; Governador do Rio Grande do Norte, Senador da República Velha e membro do IHGB.

para o IHGB. Para o referido autor,

Ele foi, em verdade, um grande homem de Estado, um diplomata à altura da sua época, um governante de visão clara e descortino seguro, com inapreciável acervo de relevante serviços ao país. Seu nome vale pela melhor das propagandas em favor do Brasil e de sua cultura. É o de um dos expoentes máximos da civilização latina, sob o céu do Cruzeiro. Bem andou, portanto, o governo da República em recordá-lo na hora sombria que ora atravessamos, entregando esta estátua imponente e majestosa à veneração dos brasileiros. Ela será um símbolo: - o do culto do dever e da religião da pátria. Terminando o discurso do Sr. Ministro Tavares de Lira, que foi demoradamente aplaudido, o Chanceler Osvaldo Aranha convidou o Sr. Presidente Getúlio Vargas, os Ministros do Exterior do Chile e da Defesa do Paraguai a irem ao sopé da estátua, a fim de descerrar a bandeira nacional que encobria a figura do Barão do Rio Branco. (LYRA, 1943, p.235).

A construção do memorial do Barão simbolizava o seu ligamento com o Brasil, mas também as relações exteriores construídas por esse ex-ministro para o engrandecimento nacional. Para afirmar a sua imagem como um homem de alianças e de acordos, figurará as suas características políticas; Lira descreveu esse momento e não deixou escapar os detalhes da celebração, um desses era que “[...] os painéis do Monumento, por ocasião da solenidade inaugural, estavam ladeadas, o que representa a entrega do laudo de Berna e o que representa o laudo de Washington, respectivamente, pelas bandeiras suíça e francesa e norte-americana e argentina” (LYRA, 1943, p.236). A presença de representantes de outras nações significará o prestígio e o reconhecimento de outras nacionalidades à figura do Barão. A sua imagem se erigira como um elo coletivo e não individual, a sua construção se produzia pela necessidade do presente daqueles que tomaram para si essa responsabilidade. Além da edificação de sua figura pública fez-se também monumentos daqueles que se dedicavam às atividades do chamado “espírito”.

Por exemplo, outro monumento foi o inaugurado em 17 de fevereiro de 1937 em honra a Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>6</sup> (Visconde de Porto Seguro) nos jardins da Praça Paris – construída em 1926 na cidade de Rio de Janeiro. Para corroborar a instalação de um monumento na praça enalteceram a sua figura como um dos “maiores historiadores” do Brasil. Para os intelectuais do IHGB, se aquele fez projetos, construiu prédios e relações exteriores entre o Brasil e outros países, esse intelectual ergueu a identidade nacional, a unidade territorial por meio do conhecimento da história pátria – colocando-o como o exemplo do desbravamento de seus primeiros acadêmicos nos

---

<sup>6</sup> Militar, diplomata, historiador e membro do IHGB. Alguns de seus livros: História Geral do Brasil (1870); História da Independência do Brasil (1870); História da Independência do Brasil (1916); A questão da Capital: marítima ou no interior? (1877).

estudos históricos e geográficos brasileiros. Dessa forma, os seus historiadores foram olhados como os oráculos patrióticos, sacerdotes - reveladores da verdade – cuja profissão deveria ser pautada por uma missão salvadora. A defesa do ofício do historiador como um chamado possibilita conseguir mover as dificuldades na pesquisa e estudos no Brasil para construir a sua história, colocá-los como homens importantes no território nacional, dando-lhes um *status* social-simbólico. A exaltação desses sujeitos e de sua escrita eram reavivados em um momento da reinvenção da identidade nacional com o Estado Novo e a inauguração da estátua de Varnhagen fez parte desse uso do passado para legitimar e dar outro olhar para o presente e a esse escopo, destacando também que o IHGB era importante nesse processo.

Grande historiador – equivale à grande homem de Estado. O mais antigo dos historiadores foi também libertador de seu povo, seu condutor à Terra Prometida, seu sublime legislador, o autor do Pentateuco- Moisés [...] Colocando a efígie de Varnhagen, com o benévolo assentimento da Municipalidade, num dos mais lindos e notórios sítios centrais da metrópole magnífica, quer o Instituto dar-lhe significação consciosa do passado pátrio – lição profícua para o presente, incutidora de auspiciosa confiança no porvir – basta a tornar benemérito da mesma História, imortalizado, quem a isso se consagra, como Varnhagen. (REVISTA DO IHGB, 1937, p.420).

Os museus e a monumentalização de personagens, ditas como importantes no processo de construção da identidade nacional no Estado Novo, moveram as ciências existentes a época, os estudos da humanidade, a arte, os museus e o discurso de patrimonialização. A edificação de uma revista que desse visibilidade ao seu patrimônio era tornar aquele bem, de caráter local, para um sentido e uma valorização mais universal. Era destacar que sua importância estava para além do seu território e da sua localização. Essa busca de defender o patrimônio, tencionou unir essa diversidade dos brasis, fazê-lo um por meio do outro, do casamento entre o litoral e o interior, o trabalhador da fábrica e o do campo. Enfim, o museu era o território propício da vivência dessas identidades, espaço de sua exposição unitária, mas também vitrina de sua pluralidade sociocultural. Uma dada educação patrimonial se ligava a questão da identidade e se fazia por meio da constituição de meios para resguardar os elementos diversos sem fomentar particularismos, mas olhá-los como sendo as raízes do Brasil.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pretendeu-se, nesse artigo, fazer uma reflexão sobre as ações patrimoniais que buscavam ensinar a valorizar o patrimônio nacional. Percebeu-se que essa educação – em molde informal – permearam-se pela tentativa do governo varguista em legitimar as

suas posturas no Estado Novo, como também pelas suas ideias e ações usadas para se (re)construir a identidade brasileira. Para isso, ao se criar o SPHAN e sua revista, elegeram-na como uma instituição privilegiada para se edificar uma brasilidade atrelada aos vários brasis existentes em seu território.

Em nossa análise sobre esses discursos, confrontou-se duas instituições, uma criada no século XIX com a finalidade de construir a identidade nacional – o IHGB - e o SPHAN, criado no século XX - influenciada pelos intelectuais pertencentes ao governo varguista, engajados na Semana de Arte Moderna (1922) em São Paulo e defensores de uma nova forma de entender e compreender o Brasil. Tentou-se ver as rupturas e as continuidades entre essas duas instituições, quais os elementos patrimoniais utilizados na empreitada de erigir algumas imagens sobre o Brasil. Para isso, mapeou-se as matérias na Revista do SPHAN que tratavam sobre os museus e na Revista do IHGB as que versavam sobre a criação de monumentos entre 1937 e 1945.

Enfim, a memória, a história e os discursos de identidade eram abalizados pela sensibilidade e pela afetividade grupal, o Instituto, naquele momento, glorificava os seus primeiros membros como os precursores da história pátria – como elemento de elo nacional; os acadêmicos do SPHAN enfatizaram-no, mas buscaram ver outros sujeitos também presentes nela, por exemplo, mediante a cultura material existente no país. Exemplificando essa assertiva, tinha-se o destaque das construções feitas no período colonial e imperial do Brasil – carregadas, por sua vez, pelos resquícios de continuidade do pensamento do IHGB, mas defenderam, outrossim, uma nova forma de ver os museus naquele período, bem como a valorização de outras culturas que inserirá o outro nos discursos em prol da construção da identidade nacional entre 1937 e 1945 - por exemplo, a cultura artística dos Pancarús de Tacaratú.

**REFERÊNCIA**

ALMEIDA, Adilson José de; RIBEIRO, Angela Maria Gianeze; BARBUY, Heloisa; ANDREATTA, Margarida Davina. O Serviço de Objetos do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.10/11, p.227-257, 2003.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MES/SPHAN. Volume 1. 1937.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, p.43-58, 2010.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições Almeida, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Maria José. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.2, p.139-145, 1992.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo – Domesticação/ Cultura Material**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.16, 1984.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.05-27, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.

\_\_\_\_\_. Técnica e Ciência enquanto “Ideologia”. HABERMAS, Jürgen. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, p.313- 343, 1980.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LYRA, Augusto Tavares de. Minha passagem pelo Senado. In: GANNS, Claudio. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IPHAN: Imprensa Nacional, v. 80, jul./set. 1943.

MENESES, Ulpiano T.Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, Nova série, n.1, p.207-309, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v.21, p.89-103, 1998.

MAGALHÃES, Leandro Henrique (org). **Educação patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Ed.Unifil, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, n.12, p.13-21, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v,1, n.1, p.03-12, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHEIRO, Adson Rodrigues. **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015.

PINTO, Estevão. Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratu. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, 1938.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

POMIAN, Krzyzlot. História e ficção. **Projeto História**, São Paulo, (26), jun. 2003, p.11-45.

\_\_\_\_\_. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. V.1 (Memória – História). Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.51-86, 1984.

\_\_\_\_\_. Historia Cultural, historia de los semióforos. IN: RIOUX, Jean- Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para una história cultural**. México: Editorial Taurus, p.73-100,1999.

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: IPHAN: Imprensa Nacional, v. 71, 1908.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IPHAN: Imprensa Nacional, v. 172, 1937.

**REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. Rio de Janeiro: MES/SPHAN. V. 1, 1937.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Museus brasileiros e política cultural. **RBCS**, v.19, n.55, p.53-73, 2004.